

## PARECER Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.*

RELATOR: Senador **RENATO CASAGRANDE**

### **I – RELATÓRIO**

A Proposta de Emenda à Constituição em exame tem por objetivo redefinir a titularidade das águas subterrâneas. Para tanto, são alteradas as redações do inciso III do art. 20, que trata dos bens da União, e do inciso I do art. 26, que cuida dos bens dos Estados.

Ressalto, preliminarmente, que a matéria já foi objeto de apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, em 7 de novembro de 2001, aprovou o Parecer nº 1.320, de 2001, de autoria do Senador LÚCIO ALCÂNTARA. A proposição retorna hoje, portanto, para reexame. Cumpre anotar que este Relator adota, em substância, o texto do parecer aprovado anteriormente.

Conforme a proposição, o inciso III do art. 20 da Carta Magna – que até hoje considera bens da União *os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limite com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias pluviais* – é alterado para dispor que constituem bens da União *os lagos, rios e quaisquer correntes de água **superficiais ou subterrâneas, inclusive os aquíferos**, em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limite com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias pluviais.*

É também promovida alteração no inciso I do art. 26, que dispõe sobre os bens dos Estados, para aduzir, após *as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito*, a expressão “*circunscritas ao seu território*”.

Para fundamentar sua iniciativa, os autores da proposta, em sua justificação, se reportam à generalizada preocupação de que têm sido objeto os recursos hídricos, seja pelo risco de sua escassez para o consumo, seja pelos poluentes que muitas vezes recebem, fatos que têm levado a matéria às páginas dos jornais e à agenda das autoridades públicas.

Não por acaso, recordam, à época da apresentação da proposição haviam sido editadas duas leis a respeito da matéria, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que criou a Agência Nacional das Águas, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A despeito desses progressos, assinalam os autores da proposta, “remanescem dúvidas quanto à titularidade das águas subterrâneas em face do texto constitucional”. Embora seja admissível a exegese segundo a qual decorre do Texto Constitucional, que ora se pretende emendar, que as águas subterrâneas pertencem à União, tal entendimento não é pacífico, sobretudo quando se defronta com o silêncio constitucional relativamente à inclusão das águas subterrâneas no rol de bens da União e com a expressa menção a essas águas como bens dos Estados.

Assim, a emenda ora sob exame sanaria a dúvida jurídica, em benefício de uma maior clareza do Texto Constitucional e, portanto, de um melhor tratamento que o Estado e a sociedade brasileira devem conferir à matéria.

Não foram apresentadas emendas à proposta.

## II – ANÁLISE

Entendemos que nada há que possa obstar, do ponto de vista da constitucionalidade formal, o livre exame do mérito desta proposição pelo Congresso Nacional. A Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, é de autoria de 29 senhoras e senhores senadores, número superior ao

exigido pela Constituição (art. 60, I). Inexiste, ao lado disso, qualquer das situações que podem implicar limitação circunstancial à reforma da Constituição. Com efeito, não há hoje intervenção federal no Brasil, nem o Presidente da República decretou estado de defesa ou de sítio.

Materialmente, a proposição, além de passar ao largo das vedações materiais à reforma constitucional a que se refere o §4º do art. 60 da Constituição – que protege da reforma constitucional a forma federativa do Estado, a natureza do voto, a separação dos poderes e direitos individuais –, logra efetivamente o intento de conferir maior clareza e precisão técnica ao Texto Constitucional.

A sua aprovação significará definição inequívoca do legislador constituinte derivado no sentido de que constituem bens da União as águas superficiais ou subterrâneas, inclusive os aquíferos – depósitos subterrâneos de água –, quando banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias pluviais.

### **III – VOTO**

Em face do exposto, opinamos no sentido da constitucionalidade e juridicidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator